

Mídia e Recepção

Comunidades interpretativas e estudos de recepção Das utilidades e inconveniências de um conceito

Luanda Schramm¹

A pesquisa em recepção é um ramo controverso no campo da comunicação. As abordagens variam, entre outros fatores, de acordo com a maneira em que o texto e as audiências, assim como sua interação, são considerados. A noção de comunidades interpretativas tem sido utilizada amiúde para explicar os condicionamentos e determinações sociais que orientam leituras diferenciadas dos textos midiáticos. O artigo discute a noção de comunidades interpretativas no âmbito dos estudos de recepção, a partir do diálogo entre diferentes perspectivas a respeito da relação entre as mensagens dos meios de comunicação e suas audiências. O intuito é avaliar as controvérsias e contribuições do conceito para o entendimento do fenômeno comunicativo.

Estudos de recepção e a 'virada interpretativa'

A pesquisa em recepção constitui um ramo controverso no campo da comunicação. As abordagens variam, entre outros fatores, de acordo com a maneira em que o texto e as audiências, assim como sua interação, são considerados. A pesquisa tradicional sobre audiência apoiava-se numa concepção da comunicação como transmissão de informações, em que o texto possuía uma natureza monolítica.² A pesquisa anterior ignorava as múltiplas camadas textuais de sentido. A audiência, nessa perspectiva, desempenhava

¹ Aluna do doutorado em comunicação da Universidade de Brasília

² Na perspectiva dos usos e gratificações, por exemplo, o texto consiste em um estímulo – *input* – e a audiência é formada por indivíduos com diferentes gostos e necessidades em busca de gratificação. Ver: Katz, E.; Blumler, J; e Gurevitch, M. "Usos y gratificaciones de la comunicación de masas". IN: Moragas, M. (ed) Vol.II p.127-171

um papel ativo, mas o receptor era considerado de um ponto de vista utilitarista e racionalista.

No campo dos estudos culturais, onde a comunicação é concebida como produção de sentidos, o principal problema dos estudos de recepção tem sido a dificuldade de estabelecer um elo entre os textos mediatizados e as práticas sociais, entre o estudo dos textos e o estudo da sociedade (Newcomb, 1991: 69-87). O modelo *Encoding/decoding* de Stuart Hall (1980) propunha uma nova maneira de se fazer estudos de mídia³, em contraponto a uma noção particular de conteúdo, em que a mensagem possui um sentido fixo, pré-formado. Ele criticava o modelo tradicional do processo comunicativo por sua linearidade, sua concentração no nível da troca das mensagens, e pela ausência de uma concepção estruturada dos diferentes momentos do processo. Tal modelo determinista, segundo ele, implica que toda a comunicação é perfeita, e o significado das mensagens é transparente. De acordo com Hall, a recepção não é nem aberta nem transparente, e a cadeia comunicativa não opera de forma unilinear. Toda mensagem é passível de inúmeras leituras possíveis, não existe um significado fixo e único. O texto, por sua vez, tem uma natureza polissêmica, mas não é infinitamente aberto, pois sempre possui sugestões de sentido.

O modelo codificação/decodificação busca ligar o texto à prática social, e a pesquisa *Nationwide Audience*, de Morley (1980), representa o primeiro passo na construção de um modelo de múltiplas, porém hegemonicamente contidas, interpretações da mídia (Newcomb, 1991). Para Hall e Morley, o processo de produção de sentidos é restringido tanto pelas estruturas e mecanismos internos

³ O artigo que constitui um marco referencial dos estudos de recepção foi apresentado num colóquio realizado no Centro de pesquisa em comunicação de massa da Universidade de Leicester, onde se utilizavam os tradicionais modelos empíricos positivistas de análise de conteúdo e pesquisa sobre efeitos. (ver: Hall, S. *Da diáspora*. 2003).

do texto, que favorecem certas leituras e bloqueiam outras, quanto pelas origens culturais do receptor.

Para Morley, o exame do processo comunicativo deve incluir três elementos diferentes: a análise da produção dos artefatos midiáticos, a análise de seu conteúdo e a análise da recepção. Qualquer abordagem da comunicação de massa que considere isoladamente os três elementos é, para ele, inapropriada. Morley define a recepção como o momento em que os discursos do texto encontram os discursos do leitor. O ato de assistir televisão pressupõe o confronto entre os discursos oferecidos pela mídia e a multiplicidade de discursos e representações provenientes de outras esferas da vida cotidiana. Nesse sentido, a interpretação das mensagens midiáticas sempre envolve outras mensagens, outros discursos. Como o sentido é construído a partir dos discursos que o leitor traz ao texto, o fator crucial nesse encontro é o espectro de discursos disponíveis à audiência. (Morley, 1996)

Hall não utiliza o termo comunidades interpretativas em seu trabalho (1980), mas ele concorda que a interpretação constitui a audiência. A leitura, para ele, não é uma ação puramente individual ou subjetiva: é compartilhada, possui expressão institucional. As leituras que fazemos emergem da família, do campo profissional, das instituições em que estamos inseridos, e de outras práticas.

Morley se vale do conceito de posições sociais⁴ para indicar que o processo de recepção deve ser compreendido em sua relação com as outras ramificações comunicativas da cotidianidade. A interpretação das mensagens midiáticas não termina no momento específico da exposição à mídia. Cada papel que representamos na vida cotidiana

⁴ Através da noção de *posição social*, Bourdieu concebe o espaço social como um espaço de múltiplas dimensões, onde os agentes se definem por sua posição relativa nesse espaço. O espaço social é multidimensional (Bourdieu, 1989). Todo fenômeno social é constituído por processos entrelaçados, que não podem ser reduzidos a processos lineares. A ênfase recai não sobre os indivíduos, mas nas relações e interdependências. Cada indivíduo é uma cadeia de interdependências, só é possível avaliar a posição social dos agentes a partir das correlações de propriedades.

está enraizado no pertencimento a diferentes comunidades sociais, e todas as instituições e todos os papéis em que estamos situados produzem mensagens que se interseccionam com as midiáticas.

A noção da mensagem como uma *polissemia estruturada*⁵ (Morley, 1996) pretende dar conta da abertura de sentido do texto, sem desconsiderar a questão do poder e da hegemonia inscritos no texto e atuantes em todas as práticas sociais e culturais. De acordo com Hall (1980), a mensagem é uma *complexa estrutura em dominância*, sustentada pela articulação de práticas conectadas, cada uma com suas condições de existência. Os momentos de codificação e decodificação são relativamente autônomos, em relação ao processo comunicativo como um todo, mas são momentos determinados. Sua noção de leituras preferenciais pretendia considerar as determinações a despeito do caráter aberto do texto. Para ele, a leitura preferencial é uma tentativa de hegemonizar a audiência, uma tentativa que nunca é plenamente eficaz, pois ela não consegue conter todas as leituras possíveis do texto.

A noção de significado preferencial, porém, é problemática porque nem sempre a leitura preferencial inscrita no texto coincide com a visão dos segmentos dominantes da sociedade. A associação entre o significado preferencial e a ordem cultural dominante é perigosa. Além do mais, o sentido preferencial é também uma construção do analista.

Outros pesquisadores que estudam a recepção abandonaram a noção de leitura preferencial em nome da abertura total de sentido das mensagens, trabalhando a noção de *democracia semiótica*. John Fiske, inspirado nas teorias pós-modernas sobre a descentração do sujeito, afirma que o uso das noções de ideologia e hegemonia superestima o poder da mídia. Fiske questiona os termos do debate sobre a recepção, a noção de determinação dos textos e das

⁵ Como observou Bourdieu (1989), o próprio termo polissemia já traz a marca da polêmica, a luta pela atribuição do sentido.

audiências. Em vez de sentidos preferenciais, ele defende a infinita potencialidade de sentidos. Ele insiste no papel ativo dos receptores, em suas subjetividades múltiplas, e afirma o caráter aberto das mensagens, argumentando que a própria fragmentação do fluxo televisual favorece a polissemia, intertextualidade e heteroglossia, gerando um "excesso semiótico". Mas ignora os limites estabelecidos pelos gêneros televisuais, que pressupõe um contrato de leitura entre os meios e as audiências e estrutura a recepção. Ignora ainda os limites estabelecidos pela posição social dos leitores. Fiske é acusado por alguns autores de cair em um 'populismo ingênuo', pela banalização do conceito de resistência, ao acreditar que o leitor faz o que bem entende com a mensagem. James Curran(1998) acusa Fiske de reformular um antigo tema da tradição pluralista: o do consumidor soberano, ao afirmar que os receptores constroem suas próprias significações.

Para Fiske, a contribuição principal dos estudos culturais de recepção foi por em evidência a pluralidade de leituras, ao ressaltar a variação de registros culturais no interior de uma mesma classe, e o papel dessa variação na diversidade de reações do público. Porém, ele desconsidera o elemento central do modelo codificação/decodificação: a *clausura textual* que leva às leituras preferenciais. Ele ignora que o objeto dos estudos etnográficos é descobrir tanto as regularidades quanto as diversidades de interpretação. Fiske desconsidera as tentativas de fechamento do sentido no elemento textual, enquanto o social, lugar onde se produzem as leituras, aparece como lugar do fluxo e da diversidade.

O social é também um lugar de fechamento do sentido, visto que a posição social determina o acesso aos códigos culturais necessários à decodificação. Os públicos não dispõem de um repertório infinito de discursos interpretativos diante das significações propostas pelos meios. O lugar dos indivíduos na estrutura social tende a determinar a natureza dos discursos que lhes são acessíveis. Existem pelo menos

dois limites à autonomia interpretativa do público: a "imposição denotativa" de significações preferenciais e a distribuição social desigual de recursos discursivos.

A chamada 'virada interpretativa'⁶ na pesquisa em comunicação (Jensen, 1987; Carragee, 1990; Evans, 1990; Curran, 1998) reivindica a superação das limitações dos modelos tradicionais deterministas de pesquisa empírica, bem como dos modelos de dominação ideológica do marxismo ortodoxo.

James Curran (1998) discorda que o campo dos estudos culturais seja responsável por essa virada interpretativa, acusando-os de fazer um mero revisionismo de perspectivas anteriores aos estudos de recepção, que já levavam em conta as predisposições e relações interpessoais da audiência. Para Curran a idéia de que os públicos percebem diferentemente as significações difundidas pelos meios de massa é velha conhecida das tradicionais pesquisas sobre os efeitos. O behaviorismo atribuído às pesquisas sobre os efeitos, segundo ele, muitas vezes recai numa visão caricatural do campo. Segundo ele, a ênfase revisionista sobre a autonomia do público encoraja uma avaliação mais prudente da influência dos meios, pois algumas análises sobre efeitos antecipavam a descoberta ulterior de processos interdiscursivos no encontro entre textos e leitores, ao mostrar que a existência de sub-culturas influencia o grau de aceitação das representações oferecidas pelos meios.⁷

⁶ Na década de 1980, o campo dos estudos culturais sofreu transformações que levaram a uma reorientação dos trabalhos. Houve uma redefinição das modalidades de análise da mídia, atribuindo maior importância às modalidades concretas de recepção, produzindo esquemas programáticos de análise para programas de TV. Esse período é caracterizado por alguns autores como uma 'virada interpretativa', ou 'virada etnográfica,' nos estudos culturais, pois os pesquisadores se dedicaram a operacionalizar os modelos teóricos produzidos dentro do campo, como o modelo de Hall experimentado por Morley na pesquisa *The Nationwide Audience* (1980).

⁷ A pesquisa sobre os efeitos, segundo o autor, já anunciava alguns dos argumentos revisionistas, demonstrando empiricamente a multiplicidade de significações suscitadas pelos textos, a atividade do público, e a ligação entre a variação das leituras e das posições sociais ou discursivas. Morley (1992), por sua vez, afirma que é por causa das análises revisionistas que os trabalhos mais antigos se revelaram significativos, considerando que a maior parte desses trabalhos eram, em seu tempo, marginais.

James Curran evoca um paralelismo entre os estudos de recepção e a abordagem dos usos e gratificações. Apesar das diferenças de problemática, alguns pontos de vista são bastante parecidos. Ambas interessam-se pelos usos possíveis que pessoas diferentes possam dar a qualquer mensagem. Assim como os estudos culturais, a perspectiva dos usos e gratificações percebe os meios não como instrumentos de manipulação da audiência, mas – diversamente dos estudos culturais – como simples provedores de estímulos. Apesar dos pontos em comum, as diferenças teóricas, metodológicas, epistemológicas e políticas entre as duas abordagens são notórias e devem ser consideradas.

A principal diferença, segundo Morley, é que este enfoque considera a mensagem como uma caixa vazia, um estímulo que o receptor pode usar livremente, ignorando as estratégias de fechamento do sentido inscritas nas mensagens. Outra diferença em relação à abordagem dos usos e gratificações é a insistência nas diferenças psicológicas individuais das interpretações. Segundo Morley (1996), é preciso relacionar as interpretações diferenciadas à estrutura socioeconômica da sociedade, para mostrar que os membros de grupos diferentes, que compartilham códigos culturais diferentes, interpretam diversamente mensagens midiáticas não só no nível idiossincrático ou pessoal, mas de uma maneira que se relaciona com sua posição social e competência cultural.

Para Morley a audiência não pode ser vista como uma massa indiferenciada de indivíduos, mas como uma complexa configuração de sub-culturas e sub-grupos superpostos. Morley argumenta que membros de um subgrupo qualquer tenderão a compartilhar uma orientação cultural sobre mensagens decodificadas de maneiras particulares. Pessoas de diferentes origens culturais e sociais decodificam o mesmo programa de televisão de forma distinta, mas suas leituras individuais das mensagens serão estruturadas por práticas e formações culturais compartilhadas. De fato, indivíduos em

diferentes posições na formação social, definidos de acordo com estruturas de classe, etnia ou sexo, por exemplo, tendem a ter à disposição diversos códigos. Assim, a posição social fixa parâmetros à diversidade de leituras potenciais, estruturando o acesso aos diferentes códigos. Entretanto, como veremos a seguir, categorias sociais como ocupação, classe econômica e outras afiliações sociais não são necessariamente coextensivas com os processos de uso da mídia que caracterizam uma comunidade interpretativa.⁸

Comunidades interpretativas: genealogia do conceito

Em pesquisas recentes sobre a recepção, os condicionamentos e determinações sociais são explicados pela noção de comunidade interpretativa. “O papel dos receptores na comunicação de massa deveria ser explicado referindo-se aos seus repertórios social e cultural específicos: eles têm sido formados, ou formulados, no interior de comunidades de interpretação” (Jensen, 1987:30). A multiplicidade de leituras é atribuída ao fato de as pessoas pertencerem a diferentes comunidades interpretativas. “Diferenças na interpretação surgem das diferenças nas suposições que estão na base de diferentes comunidades interpretativas, em vez de diferenças entre indivíduos” (Allen, 1987:100 *apud* Evans, 1990: 156).

A noção de comunidades interpretativas, no campo da comunicação, fornece um meio de entender a complexidade e a variabilidade das respostas da audiência às mensagens midiáticas, que ilumina o caráter social da recepção e representa um esforço de

⁸ Morley afirma não tomar uma posição socialmente determinista em que interpretações individuais de programas de TV são reduzidas a uma consequência direta da classe social do leitor. É imprescindível situar o leitor histórica, social e culturalmente, mas essa contextualização não nos autoriza a deduzir reações mecânicas. Pois a recepção não é sociologicamente determinada e compartimentada, identidades socialmente estabelecidas não determinam rigidamente identificações pessoais nem posições políticas. Não existe um espectador racial, cultural ou ideologicamente determinado, pois tais categorias são socialmente imprecisas e escondem a diversidade característica de toda comunidade.

localizar leitores–espectadores dentro de contextos sociais e culturais mais amplos (Carragee, 1990:86).

Comunidades interpretativas caracterizam-se por comunhão de propósitos e práticas no uso da mídia. Elas estruturam respostas ao conteúdo midiático, que correspondem a sistemas de sentido e esquemas narrativos específicos. “As comunidades interpretativas e seus membros são definidos por sua localização e funções sociais e pelas tradições culturais, convenções e sentidos que as unem” (Jensen, 1987:29).

Comunidade interpretativa é um termo originário dos estudos literários. Nos textos seminais de Stanley Fish (1980) e Janice Radway (1984) o termo é usado no singular, para explicar a uniformidade de leitura em uma comunidade interpretativa, cujas experiências de leitura compartilhadas tendiam a interpretações compartilhadas. Em Fish, o interesse reside nos constrangimentos através dos quais uma comunidade específica – a comunidade literária – produz interpretações ‘autorizadas’. Para o autor, uma comunidade interpretativa produz textos e determina a forma do que é lido. Por uma ênfase fenomenológica na interação singular entre texto e leitor, seu propósito é estudar “os sistemas subjacentes que determinam a produção de sentido textual no qual o leitor individual e o texto coercitivo perdem seus status independentes” (Fish, 1980 apud Lindolf, 1988). Radway, por sua vez, interessa-se pelos usos e funções sociais da literatura: “A leitura é um complicado processo semiótico fundamentalmente social que varia no tempo e no espaço. (...) leitores diferentes lêem diferentemente por pertencerem ao que se conhece como várias comunidades interpretativas.” (Radway, 1984: 53).

Outras origens do conceito podem ser creditadas a Dell Hymes, com a noção de ‘comunidade discursiva’(1980) como um grupo unido por interpretações da realidade compartilhadas; em Alan Dundes (1965) e Linda Degh (1972) as comunidades revelam padrões de

autoridade e comunicação nas relações que estabelecem; e em Robert Bellah (1985), as 'comunidades de memória' são grupos que usam interpretações compartilhadas através do tempo, pela repetição de narrativas constituintes. (*apud* Zelizer, 1992:12).

Lindolf (1985, 1988) define comunidade interpretativa como "o lugar de práticas socialmente coordenadas que levanta as premissas da interpretação dos conteúdos da mídia". Os integrantes de uma comunidade interpretativa compartilham certos sentidos e ideologias comuns que estruturam as interações da comunidade e a recepção de textos midiáticos. "O horizonte de interpretação está nas fronteiras do pertencimento à comunidade".

De acordo com Lindolf (1988), a tarefa de uma etnografia da mídia é reconhecer as estratégias interpretativas oriundas do pertencimento dos leitores a comunidades interpretativas. Tais estratégias são propriedades da comunidade. Ao mesmo tempo, elas capacitam e restringem as possibilidades de interpretação. Uma comunidade interpretativa é antes interessada do que neutra. Os sentidos e textos produzidos por uma comunidade interpretativa procedem de um ponto de vista público.

Lindolf identifica dois conceitos de sentido nos estudos de recepção: o sentido *apresentado* e o sentido *construído*. Quando se considera que a produção de sentido é controlada por elementos do conteúdo e de seu planejamento, temos o sentido apresentado. Por outro lado, quando a produção de sentido é controlada por pessoas que se engajam em uma comunicação mediada, temos o sentido construído (Lindolf, 1988:84).

Nessa ótica, o sentido construído está ligado à existência de comunidades interpretativas, em que os membros compartilham sentidos e ideologias comuns que estruturam a recepção. No sentido apresentado, o conteúdo é moldado intencionalmente pelos produtores. O sentido apresentado é transparente, segundo Lindolf, porque se presume que todos saibam o que significa cada categoria.

Existe um sentido único no conteúdo. A explicação de um sentido apresentado hegemônico, por sua vez, “presume que os códigos profissionais da mídia são utilizados para desenvolver certas estratégias de conteúdo que diretamente ou indiretamente servem aos interesses políticos e econômicos da ordem social dominante” (Lindolf, 1988:85).

Para o autor, a abordagem do sentido construído às audiências se torna viável desde que abandonemos a posição de que encontros situados com a mídia produzem sentidos indeterminados. No entanto, sua concepção de determinação está restrita aos constrangimentos que intervêm nas interpretações da audiência.

Lindolf apresenta incorretamente Stuart Hall como representante da abordagem do sentido apresentado, por este ignorar as determinações sociais da recepção no modelo encoding/decoding (Hall, 1980). Embora o momento da decodificação não esteja tão elaborado quanto o da codificação (Hall, 2003), o modelo de implica que a variação de leituras decorre de posições sócio-econômicas diferenciadas.⁹ As três possibilidades de leitura propostas por Hall – dominante, negociada, oposicional – são inspiradas na teoria de Frank Parkin que afirma que os membros de diferentes classes sociais são enquadrados dentro de diferentes ‘sistemas de sentido’¹⁰ (Parkin, 1971 *apud* Morley, 1996).

Lindolf privilegia as comunidades em detrimento dos textos. Sua visão passiva da mídia nega qualquer influência nas interpretações da

⁹ Em *Encoding/decoding* Hall argumenta que o sentido das mensagens televisivas é produto da articulação dos momentos de codificação e decodificação e não há uma correspondência necessária entre os dois momentos. A codificação pode tentar preferir, mas não pode garantir a decodificação. A codificação, porém, estabelece alguns limites e parâmetros dentro dos quais operam as decodificações. As três posições hipotéticas de decodificação elaboradas por Hall são tipos ideais, não são posições empíricas. Mas servem para explicar a idéia de que a decodificação não é homogênea, a leitura é um processo dinâmico de atribuição de sentido, sempre é possível ler de maneiras diferentes.

¹⁰ Vale ressaltar que a pesquisa *The Nationwide Audience* demonstrou que a classe social não é uma variável determinante na interpretação de programas de TV.

audiência. A noção de sentido construído neutraliza o papel da mídia, por não levar em conta a concentração econômica das instituições midiáticas, nem considerar a hegemonia política e cultural.

De maneira semelhante, o papel da mídia é secundário na proposta de estudo de audiência de Kim Schroder, que ela denomina uma abordagem quase-etnográfica – semiótica social – da audiência, para conceituar o processo significativo e para responder de onde vêm os sentidos sociais. Esse estudo combina um interesse nos contextos micro e macro-sociais nos quais a audiência está situada (1994: 342), mas não leva em conta os constrangimentos inscritos no próprio texto.

Schroder propõe uma limitação do escopo do conceito de comunidade interpretativa. Na noção de 'comunidade de sentido' (Jensen, 1987; 1990) ela percebe dois conceitos interdependentes de comunidades interpretativas: enquanto redes sociais situacionais e interativas, de um lado, e enquanto formações discursivas, de outro (Schroder, 1994:339). Para a autora, estas 'comunidades sócio-interativas' devem ser distinguidas em comunidades sociais – aquelas que são constituídas independentemente de qualquer mídia (como família, vizinhança), e comunidades interpretativas – aquelas que se constituem pelo uso social de alguma forma de mídia (como leitoras de romances, literatos, grupos que apreciam determinado gênero musical, cinéfilos). Tais comunidades interpretativas podem corresponder a comunidades naturais como a família, "mas é o seu uso da mídia sozinho que a define como uma comunidade interpretativa". (idem, p. 344)

Schroder sugere o uso do termo 'posicionamentos culturais' de Ien Ang (1991), para designar aquelas disposições que as pessoas atualizam em situações concretas como gênero, classe, etnia, geração, etc. (Schroder, 1994: 345). Nesse sentido, os repertórios interpretativos de um usuário de mídia individual são vistos como um produto "da comunidade lingüística como um todo, dos

posicionamentos sociais que se estabelecem no curso da história de vida do indivíduo, das interações comunicativas nas comunidades interpretativas e sociais da vida cotidiana, e finalmente pela reunião única dessas influências construída pelo indivíduo de momento a momento.” (1994: 345).

O modelo semiótico social proposto por Kim Schroder é útil para entender os vários sentidos potenciais que constroem o repertório de um 'receptor individual'. Mas é insensível à interação entre os meios de comunicação e suas audiências. Tal visão também desconsidera o papel da mídia, a polissemia que interessa não está no texto, somente nas audiências. Schroder, Jensen e Lindolf, ao ignorar o poder do texto – que não é absoluto, mas também não é inexistente – se aproximam da abordagem da 'democracia semiótica' (Fiske, 1991), ao desconsiderar as restrições presentes no texto, embora em Fiske as determinações sócio-culturais também são irrelevantes para entender o que faz o receptor com a mensagem. (perspectiva do 'consumidor soberano')

Em um registro crítico das proclamadas inovações das perspectivas interpretativistas, Evans questiona “como uma comunidade interpretativa se diferencia de constelações de etnicidade, nacionalidade, classe econômica, idade, gênero, etc? Como se forma e se mantém uma comunidade interpretativa?” Evans acredita que não existe diferença entre categorias socio-demográficas e comunidades interpretativas, contrapondo-se à distinção de Schroder, e acusa os pesquisadores interpretativistas de rejeitarem a investigação sistemática: “Porque não controlaram sistematicamente as várias classificações sociais, os interpretativistas não podem reclamar que sua invenção de comunidades interpretativas não seja traduzível pelas designações sociológicas tradicionais” (Evans, 1990:157).

Morley se vale da noção de sub-culturas, tentando identificar certas comunidades interpretativas bastante particulares, que

compartilham referenciais comuns de decodificação. Para Jensen (1987), telespectadores não podem ser caracterizados como uma sub-cultura, a despeito dos interesses e experiências acumulados e compartilhados. Tais pertencimentos geram comunidades de sentido que complementam os agrupamentos sócio-econômicos tradicionais. "Ainda que tais comunidades de sentido sejam elusivas e de difícil operacionalização, elas podem ter um número de conseqüências reais, práticas, para a pesquisa sobre audiências de mídia: as identidades sociais e culturais da audiência são estabelecidas nestas comunidades, e, em termos concretos, elas são a fonte daqueles códigos de entendimento que as audiências aplicam na interpretação de códigos midiáticos" (Jensen: 1987:28).

Schroder também não se satisfaz com a noção de sub-culturas ou sub-grupos na explicação da diversidade de interpretações. Ela sustenta que interpretações diferenciadas surgem porque as pessoas habitam, em diferentes proporções, um amplo alcance de comunidades interpretativas (Schroder, 1994: 338-339). Leituras específicas advêm de fatores macro-sociais (classe, etnia, gênero, idade) e das relações micro-sociais e situacionais. Além do mais, as afinidades de uma comunidade diferem substancialmente de outras formas de filiação grupal. Uma comunidade interpretativa opera de maneira virtual em que categorias sociais objetificadas como ocupação, posição socioeconômica, e afiliações sociais tradicionais não são coextensivas ao processo de uso da mídia que caracteriza uma comunidade interpretativa.

Entretanto, as categorias de comunidades sociais e interpretativas são construtos analíticos. Empiricamente, na prática, as duas instâncias não são facilmente separáveis, a não ser por propósitos de análise. Estes elementos existem já articulados.

Apesar dos problemas de identificação com categorias socio-demográficas, o conceito de comunidades interpretativas é bastante proveitoso para identificar os múltiplos contextos que moldam as

interpretações. Como afirma Jensen, a definição demográfica dos receptores pode ser usada como uma categorização preliminar no trabalho prático com as audiências, mas é uma categoria fechada que não pode registrar os processos que se dão no lugar – ou nos entre-lugares – da recepção (Jensen, 1987:28).

Para Evans, a contribuição do conceito de comunidades interpretativas significa simplesmente a admissão de reivindicações estruturalistas no interpretativismo (Evans, 1990). Porém, dez anos antes, Stuart Hall ("Cultural Studies: Two Paradigms" in: *Media, Culture and Society*, Sage: 2, 57-72, 1980) apresentou o culturalismo e o estruturalismo como dois paradigmas alternativos, não auto-suficientes mas complementares, que constituem o problema central do campo. A associação dessas duas perspectivas nos estudos culturais pretende captar a especificidade de diferentes práticas, bem como as formas de unidade articulada que elas constituem. De acordo com Hall, apesar dos antagonismos entre os dois paradigmas, eles sustentam a promessa da construção de uma teoria materialista da cultura.

Referências bibliográficas

BOURDIEU, Pierre. "O Poder Simbólico". Lisboa: Diefel / Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

CARRAGEE, Kevin M. "Interpretive Media Study and Interpretive Social Science". *Critical Studies in Mass Communication*, vol.7, nº 2, june (1990) 81 – 96.

CURRAN, James. "El Nuevo revisionismo en los estudios de comunicación: una revaluación". In: James Curran et al (eds) *Estudios Culturales y Comunicación*. Barcelona: Paidós, 1998, pp 383-415.

EVANS, William A. "The Interpretive Turn in media Research: Innovation, Iteration, or Illusion?" *Critical Studies in Mass Communication*, vol. 7 june (1990), 147 – 148.

FISKE, John. "Moments of Television: neither the text nor the audience". In: Ellen Seiter et al. (eds.) *Remote Control: Television, Audiences and Cultural Power*. London: Routledge, 1991.

GOFFMAN, Ervin. "A representação do eu na vida cotidiana".

HALL, Stuart. "Encoding/decoding". In: *Culture, Media, Language*. Working papers in Cultural Studies, 1972-1979. London: Hutchinson/ CCCS, 1980.

_____ et al. "Reflections upon the encoding/decoding model". In: Cruz, Jon; LEWIS, Justin. *Viewing, Reading, Listening*. Westview Press, 1994.

_____ "Da diáspora – identidades e mediações culturais". Belo Horizonte: editora UFMG, 2003.

JENSEN, Klaus Bruhn. "Qualitative Audience Research: Toward an Integrative Approach to Reception". *Critical Studies in Mass Communication*, Vol. 4, nº 1, march 1987(21 – 36).

_____ "Television Futures: A Social Action Methodology for Studying Interpretive Communities". *Critical Studies in Mass Communication*, vol. 7, June (1990), 129 – 146.

KATZ, E.; BLUMLER, J; e GUREVITCH, M. "Usos y gratificaciones de la comunicación de masas". IN: Moragas, M. (ed) Vol.II p.127-171

LINDOLF, Thomas R. "Media Audiences as Interpretive Communities". In: James Anderson (ed) *Communication Yearbook*, 11 (1988) Newbury Park, CA: Sage: 81 – 107.

NEWCOMB, Horace, M. "On the dialogic aspects of mass communication." In: Avery, Robert K & Eason, David, eds. *Critical perspectives on media and society*. New York & London: Guilford Press, 1991. Cap. 4, p.69-87.

MORLEY, David. "Televisión, Audiencias y estudios culturales". Amorrortu, Buenos Aires, 1996.

RADWAY, Janice. "Interpretive Communities and Variable Literacies: The Functions of Romance Reading". In: Michael Gurevitch and Mark Levy (eds) *Mass Communication Review Yearbook*, vol. 5, Beverly Hills: Sage, 1985: 337-361.

SCHRODER, Kim. "Audience semiotics, interpretive communities and the 'ethnographic turn' in media research". In: *Media Culture and Society* vol.16 (1994), 337 – 347. (Sage: London, Thousand Oaks and New Delhi)

ZELIZER, Barbie. "Covering the body: Kennedy assassination, the media and the shaping of collective memory". Chicago & London: University of Chicago Press, 1992.